

7 AGO 1985

7 AGO 1985

A vez do Legislativo

Os deveres, as obrigações e as responsabilidades do Poder Legislativo estão inscritos na Constituição Federal. São atribuições inequivocamente definidas: institucionalmente estruturadas: Atribuições básicas de legitimação e consolidação do regime democrático. E por isso mesmo a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e a quase totalidade das emendas que hoje conformam o mosaico constitucional brasileiro objetivaram alcançá-lo em sua integridade e esvaziá-lo de suas qualificações para intervir nas ordens social, política e econômica do País. Ao autoritarismo que se instalou à sombra dessa escalada reformista não interessava um Legislativo forte, atuante e independente.

Agora, no entanto, quando a Nova República oxigena de responsabilidade, de liberdade e de plena autonomia cada um dos Poderes que a integram, o que se vê, o que se sente e o que se propala não reflete uma linha de conduta confiável de parte do Congresso Nacional.

A partir das decisões isoladas e solitárias do Colégio de Líderes, onde uma minoria, embora qualificada, substitui a grande força representativa, incorporando todas as bancadas, o Congresso experimentou o dissabor de um concerto de piano, sem orquestra, onde as votações foram viciadas num procedimento despido de embasamento ético. Logo a seguir a debandada decorrente do recesso de julho que, juntamente com a

suspensão dos trabalhos a partir de inícios de dezembro, até o mês de março, abre um jejum legislativo de quase quatro meses. Se se anexar a esses valores cerca de 120 dias somando sábados, domingos e feriados abre-se um claro superior a um semestre nas assembleias do País, numa desativação que surpreende pela sua abrangência e decepciona pela sua insolência.

Reabertos os trabalhos da Câmara e do Senado, o que se constata nos primeiros dias de atividade é um grande fastio nas listas de presença, com os plenários das duas Casas em modorrentas sessões e conseqüentemente com as comissões técnicas inoperantes, embora existam em tramitação centenas de proposições para serem relatadas e votadas, com um congestionamento de grande envigadura a superar nos tempos exigidos para esgotar uma ordem do dia onde não faltam projetos polêmicos.

Não se compreende, por isso mesmo, essa ausência de deputados e de senadores, notadamente diante dos grandes problemas que angustiam o País e por isso mesmo fazem inadiável a mobilização de todas as forças capazes de contribuir na busca de soluções e na discussão para levantar os caminhos que mais convenham ao País.

As exigências para uma participação diuturna e atuante das Casas legislativas decorrem das urgências vividas pela Nação, hoje

enfrentando uma pauta eivada de assuntos que não admitem adiamentos ou omissões nos imensos questionamentos que reclamam. O que se pede são debates vibrantes, pareceres bem estruturados, encaminhamentos de votação enriquecidos pela controvérsia esclarecedora e pelas conclusões marcadas por alto espírito público. A crítica construtiva, pontuada pelas veemências na busca da verdade, construindo um discurso político enobrecido pela intervenção das várias correntes de pensamento que integram a Câmara e o Senado Federal.

A sociedade não aceita as justificativas de compromissos políticos ligados às eleições municipais de novembro próximo. Muito mais inadiáveis são as causas efetivas da inflação, da falta de empregos e das incertezas que cercam de preocupações e de sofrimento todas as categorias sociais, sem distinções de hierarquias econômicas.

O mandato parlamentar não é bem pessoal ou tampouco procuração com limites na delegação implícita ou outorga popular. Não é sem outra razão que os trabalhos legislativos devem retomar o seu ritmo normal, consoante as intransferíveis obrigações que se inserem na sua esfera de competência. E o seu silêncio é uma das mais perniciosas formas de omissão.

Que os congressistas se conscientizem de que é a hora e a vez do Legislativo nestes tempos novos.